

ACESSIBILIDADE PARA SURDOS ALFABETIZADOS NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Gerlânia Maria Avelino Bispo¹
Brígida Barbosa costa²

RESUMO

Garantir a todos, indistintamente, a utilização segura de espaços, transportes, tecnologias, equipamentos etc. tem sido um desafio que o termo “acessibilidade” vem tentando superar. Mesmo com respaldo na legislação, a acessibilidade ainda não atingiu sua plenitude, muito ainda precisa ser feito, o que requer discussões mais específicas. Neste trabalho, buscamos contribuir discutindo a acessibilidade comunicativa às pessoas surdas nos espaços escolares. Nosso objetivo é investigar as condições de sinalização em Libras e português-por-escrito na estrutura física de espaços escolares com vista à acessibilidade comunicativa do aluno surdo alfabetizado. Concebemos como relevante que essa parcela da população tenha condições de comunicar-se, seja em sua língua materna (Libras), seja na modalidade escrita da língua da comunidade majoritária em que vive. No primeiro momento, realizamos o processo de leitura e análise de material bibliográfico levantado, comparando discussões em pesquisas já realizadas, identificando pontos convergentes e divergentes, a fim de gerar novas informações. Posteriormente, realizamos uma pesquisa de campo, observando o espaço físico de uma escola da rede pública, identificando a presença de recursos sinalizadores em Libras e português-por-escrito. Os resultados apontaram que a escola observada possui alguns desses recursos sinalizadores e que eles permitem ao aluno surdo alfabetizado sentir-se acolhido e transitar pelo espaço escolar de forma independente, já que há sinalizadores indicando as salas de aula/turmas, cantina, banheiros, biblioteca, laboratório de informática etc. Independência que pode elevar a autoestima e a frequência pelo sentimento de pertença à comunidade escolar. Concluímos também que esses sinalizadores podem contribuir para a ampliação do léxico mental do surdo em língua portuguesa. No entanto, não negamos que muito ainda precisa ser feito para garantir a acessibilidade comunicativa de que tratamos aqui.

Palavras-chave: Acessibilidade comunicativa; Escola; Pessoa surda.

INTRODUÇÃO

Os ambientes sociais devem garantir a possibilidade de acesso de todo cidadão, com segurança e autonomia. Independentemente de qualquer que seja o tipo de deficiência, esse acesso deve estar disposto sem barreiras, em igualdade de condições a todo cidadão. Não diferente, assim deve ser o ambiente escolar. A acessibilidade é a garantia de que todos os meios sociais devem ser utilizados por todos, pois é através dela, que existe a aproximação entre o cidadão e os ambientes diversos.

O presente trabalho parte de uma inquietação a respeito da acessibilidade comunicativa do surdo alfabetizado em espaços escolares. Assim, partimos do seguinte questionamento: As escolas utilizam recursos sinalizadores em libras e português-por-escrito para promoverem

¹Especialista em Educação Infantil e Inclusiva pela Faculdade Evangélica do Meio Norte - FAEME, membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso da UESPI; gerlania.avelino88@gmail.com;

²Doutoranda em Letras/Linguística pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, membro do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso da UESPI; briprofletras@yahoo.com.br.

acessibilidade comunicativa aos alunos surdos alfabetizados, permitindo seu livre e autônomo tráfego pelo espaço escolar?

A língua que o surdo adquire inicialmente são sinais caseiros, pois, na grande maioria, eles são filhos de pais ouvintes ou até mesmo de surdos que não foram alfabetizados na Língua Brasileira de Sinais (Libras). No entanto, estudos apontam que quanto mais cedo o surdo tiver acesso à Libras, melhor será, pois isso facilitará sua ligação com outros usuários dessa língua e o mundo. Aprender o português-por-escrito, no caso dos surdos brasileiros, também lhe será de grande valia.

Por isso, esta pesquisa tem como objetivo investigar as condições de sinalização em libras e português-por-escrito na estrutura física de espaços escolares com vista à acessibilidade comunicativa do aluno surdo alfabetizado. E, como objetivos específicos: levantar bibliografia sobre a acessibilidade comunicativa para surdos; conhecer os índices de matrícula e frequência de alunos surdos em um dado recorte temporal; e, descrever recursos sinalizadores que facilitam a acessibilidade dos surdos alfabetizados no espaço físico da escola.

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa de campo, de cunho descritivo e documental, e a análise dos dados partiu de uma abordagem qualitativa. É caracterizada como pesquisa descritiva aquela que detalha um fenômeno e descreve a forma como ele ocorre. A análise é passível de avaliações e interpretações e os fatores contribuem para os resultados.

Consideramos que, apesar das iniciativas da escola observada, e as contribuições decorrentes dessas iniciativas, a necessidade de acessibilidade comunicativa para pessoas surdas alfabetizadas no ambiente escolar traz, às escolas, diferentes desafios, pois requer muitas transformações e adaptações. E, sinalizar o espaço físico em libras e português-por-escrito para receber essa clientela é apenas o primeiro passo para garantir acolhimento, autonomia, interação e aprendizagem.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos e instrumentos de pesquisa adotados neste estudo foram a observação da estrutura física da escola, registro por meio de fotos, anotações em diário de pesquisa e observação dos diários de turma para verificar a frequência dos alunos surdos.

A pesquisa foi realizada numa escola pública estadual que está situada na região central da cidade de Floriano no estado do Piauí. É uma instituição que tem uma estrutura física que

atende à demanda dos alunos matriculados, desde os ditos normais até surdos, deficientes físicos e alunos com transtornos diversos.

O tipo de pesquisa, como foi mencionado anteriormente, é uma pesquisa de campo de cunho descritivo e documental com abordagem qualitativa, que segundo GIL (2008), procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta para, ao descrever, captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Assim, o caráter documental desta pesquisa se deu pela busca dos relatórios de matrícula e dos diários de frequência para identificar a presença e o nível de assiduidade de alunos surdos e sua possível relação com o fato de a escola usar sinalizadores em libras e português-por-escrito para marcar seus espaços físicos. Os dados coletados foram analisados partindo do que assevera Minayo (2003, p. 16-18):

trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis. MINAYO (2003, p. 16-18)

Assim, a análise se deu à luz da literatura selecionada para o nosso referencial teórico, buscando verificar a possibilidade de uma relação entre a existência dos recursos sinalizadores em libras e português-por-escrito com a frequência dos alunos surdos matriculados na escola observada. Para isso, consideramos duas categorias de análise: “acessibilidade comunicativa e acolhimento” e “acessibilidade para promoção da autonomia”.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a acessibilidade é um direito garantido por lei, como a lei 10.048, de 08 de novembro de 2000, que aborda sobre o atendimento prioritário às pessoas que necessitam de acesso específico; e a lei 10.098, de 19 de dezembro, do mesmo ano, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade.

Ao refletirmos sobre acessibilidade, já se vem logo à nossa mente as obras e serviços de adequação do espaço urbano e edifício. Embora a acessibilidade não seja apenas permitir que as pessoas possam se locomover pelos espaços físicos, garantir a inclusão de todos em qualquer ambiente, atividade ou uso de recurso é condição essencial para falarmos em acessibilidade. Conforme o decreto 5296, de 02 de dezembro de 2004, Art. 8º:

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (grifo nosso)

As pessoas com deficiências encontram diversas barreiras de acessibilidade no seu cotidiano, mas essas barreiras vão além do espaço físico, pois essas são encontradas em ambientes físicos ou virtuais, isso acontece porque vivemos em um mundo feito por pessoas sem deficiência e para pessoas sem deficiência. Seja por falta de informação ou até mesmo empatia para com o outro, não se costuma pensar nas barreiras que as pessoas com deficiência encontram no seu dia a dia para se adaptarem aos diversos espaços como: internet, escolas, meios de transporte, ruas, estabelecimento comerciais e públicos, entre outros.

A lei da acessibilidade de nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, determina que o aluno surdo possa se desenvolver dentro de suas habilidades linguísticas, conforme preconiza o artigo 2º, inciso IX:

IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (BRASIL, 2020).

São diversas as barreiras de acessibilidade. E quando falamos de comunicação, encontramos mais desafios ainda para superar, visto que o ser humano é social, muito comunicativo. É a partir da comunicação que recebemos informações, adquirimos conhecimentos, nos relacionamos e até realizamos atividades diversas, como as nossas compras por exemplo.

Diante desse pressuposto, é necessário refletir como seria viver em um ambiente sem conseguir se comunicar, por exemplo, quando se necessita comprar algo em um supermercado, ou até mesmo ir ao banheiro em um determinado espaço sem identificação, ou em uma consulta médica sem poder explicar a dor que sente por falta de acessibilidade comunicativa.

Essa é a realidade vivenciada pelos surdos no nosso país. A maioria, infelizmente, precisa executar tarefas no seu cotidiano acompanhados por familiares, amigos ou intérpretes, para mediar a comunicação, o que se torna um obstáculo à sua autonomia. A simples ação de comprar algo pode se tornar um transtorno por falta de acessibilidade comunicativa no espaço

ou de um intérprete. Grande parte dos surdos pode evitar esses espaços por não se sentir confortável por não conseguir se comunicar.

Os surdos têm direito de acesso à comunicação assegurados pela lei de acessibilidade nº 10.980/2000, e em sua língua materna, como cita a lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Libras e a reconhece como segunda língua oficial do Brasil, prevendo o seu uso em ambientes públicos e privados, com o objetivo de assegurar acessibilidade e visibilidade à comunidade surda. O decreto 5.626, de 22 de dezembro 2005, indica formas de apoio ao uso da difusão da Libras nos sistemas públicos e privados de ensino, diminuindo as barreiras de acessibilidade comunicativa entre surdo e ouvinte, como a inclusão da Libras nos currículos das licenciaturas.

Atualmente, vem crescendo a busca dos surdos pelos espaços escolares. Segundo o censo escolar 2020, há registro de 62.581 matrículas de crianças e jovens com surdez ou deficiência auditiva na educação básica. Nesse sentido, observa-se a importância de disciplinas de Libras já na formação inicial do professor, na licenciatura.

Um conhecimento da Libras por parte dos professores, por mínimo que seja, já contribui para a acessibilidade comunicativa nas escolas, garantindo a igualdade de acesso ao conhecimento a todos os alunos, inclusive aos surdos, equipando as escolas com recursos visuais, possibilitando-lhes informações que os ajudem a construir seu conhecimento de forma eficiente, superando os entraves nas situações comunicativas.

Os surdos enfrentam muitas barreiras ao ingressarem na escola em decorrência da perda de audição e da forma como a escola organiza sua proposta educacional, podendo prejudicá-los nas suas potencialidades cognitivas, sociais, afetivas, linguísticas e culturais, e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem.

Para que realmente aconteça a acessibilidade comunicativa dos surdos nos espaços escolares as escolas necessitam se adaptarem, a fim de receber o aluno com surdez e ainda propiciar sua aprendizagem, como aos demais estudantes. Como aponta Sasaki (2002, p. 17) sobre como a escola

procede, permanentemente, à mudança do seu sistema, adaptando suas estruturas físicas e programáticas, suas metodologias e tecnologias, capacitando continuamente seus professores, especialistas, funcionários e demais membros da comunidade escolar, inclusive todos os alunos e seus familiares e a sociedade em seu entorno. (SASSAKI, 2002, p. 17).

Nesse sentido, é importante considerar que a inserção de sinalizadores nos espaços escolares irá facilitar a inclusão do público surdo, pois contemplam, de maneira mais intensa,

um melhor desempenho visual e espacial. E esse trabalho demanda algum conhecimento da Libras por parte daqueles que estão à frente das iniciativas da escola.

Conforme Campello (2008, p. 147), “para adaptar-se à ausência do som, os olhos procuram captar as expressões visuais[...]”. Logo, podemos perceber o quanto a visão é explorada pelos surdos, assim podemos intensificar o uso de imagens e movimentos para promover acessibilidade comunicativa dentro do espaço escolar. Quando utilizado material lúdico associado a Libras e a LP escrita, acontece de fato uma aprendizagem bilíngue, abrangendo todos os educandos, sempre considerando as particularidades existentes de cada aluno.

De acordo com a CNE/CEB Nº 2 (2001, p. 01), “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Dessa forma, a escola, para proporcionar acessibilidade comunicativa, necessita um olhar diferenciado para o aluno com surdez, buscando recursos comunicativos que contribuam para essa acessibilidade, entre eles, o acesso à Libras, para aqueles que não a conhecem, e ao português-por-escrito. O processo educacional ocorre mediante a interação linguística e deve ocorrer, portanto, na Libras e na LP escrita. (Quadros, 2003). Isso inclui os recursos comunicativos disponibilizados no espaço físico da escola.

Mais do que uma língua, as pessoas com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento e exercitem a capacidade cognitiva desses alunos. Obviamente, são pessoas que pensam, raciocinam e que precisam como os demais de uma escola que explore suas capacidades, em todos os sentidos (Damázio, 2005, p. 113).

Nota-se que até existe discussão por parte do governo com a implantação de políticas de inclusão, mas infelizmente não tem sido o suficiente. As escolas com acessibilidade em Libras e LP escrita para os surdos garantem-lhes realizar funções importantes em seu cotidiano, como ter acesso aos diferentes departamentos do ambiente escolar sem a necessidade de uma pessoa para se locomover, já que o ambiente estará sinalizado com placas de orientação em Libras e LP escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acessibilidade comunicativa e acolhimento

A escola observada é uma escola pública e, nos anos da coleta de dados (2015 a 2018), de acordo com documentos, contava com uma média anual de 450 (quatrocentos e cinquenta) alunos matriculados. Os documentos desse período também mostraram que dois surdos faziam parte do quadro de alunos da escola, um no ensino fundamental maior e outro no ensino médio.

Antes de iniciarmos a discussão dos resultados, ressaltamos que há uma urgência quando se pensa em acessibilidade comunicativa nos espaços escolares para o surdo. Nas escolas brasileiras, a inclusão, a língua de sinais, o bilinguismo são temas muito debatidos, porém ainda não vivenciados nos ambientes educacionais de forma satisfatória. Quadros (2003, p. 88) defende que:

Ser diferente e as consequências implicadas nestas diferenças é que devem ser matéria de reflexão e análise ao se pensar em educação para todos. A proposta aqui é de se pensar em uma educação possível para surdos, considerando as peculiaridades das experiências visuais-espaciais. Educação para todos, então, passa a ser entendida como a educação que reconhece as diferenças.

Nas palavras de Quadros (2003), pode-se perceber a importância de respeitar as diferenças da pessoa surda, oferecendo um ambiente escolar com acessibilidade comunicativa para que esse sujeito se sinta acolhido ao se deparar, entre outros, com uma estrutura física sinalizada de acordo com suas condições linguísticas. A acessibilidade comunicativa nos espaços físicos escolares preconiza as mudanças relacionadas ao acolhimento dos sujeitos como seres pertencentes àquela comunidade escolar.

Para contemplar essa acessibilidade comunicativa, basta colocar em prática o que já existe de leis e de iniciativas, aceitando que os surdos estão presentes no dia a dia e que a escola tem por responsabilidade oferecer um ambiente propício às condições comunicativas do surdo, pois é por essas condições que todos nós aprendemos. Oportunizar um ambiente linguístico é um estímulo adequado, que possibilita o acolhimento, o desenvolvimento das potencialidades linguístico-comunicativas do surdo e, conseqüentemente, a aprendizagem.

Figura 1: Banner de Boas-vindas na entrada da escola



Fonte: Facebook de professora da escola

Na escola observada, é visível o acolhimento ao surdo, pois a mesma é sinalizada desde a entrada, e isto demonstra a intensão de acolher o surdo. Com esse acolhimento faz-se com que o surdo se sinta parte da comunidade, o que pode levar ao aumento da frequência dessa clientela, além de sentir-se mais à vontade para interagir com outros alunos e funcionários.

Para verificar tal hipótese, analisamos os diários de turma e pudemos constatar que, coincidência ou não, a frequência dos alunos surdos matriculados na referida escola aumentou depois do uso de sinalizadores dos espaços físicos. Observamos que antes da sinalização, havia uma média de 70% a 80% de faltas anualmente. Em meses do início da sinalização, a frequência atingiu 96,4% das aulas.

Embora não se possa afirmar categoricamente que esse foi o único motivo do aumento da frequência, podemos inferir que a frequência ter melhorado depois da sinalização da escola é um indicativo de que essa sinalização contribuiu para que o surdo se sentisse mais à vontade nesse espaço, mais acolhido, e por isso estava frequentando mais.

Com senso de pertencimento a um grupo escolar, os surdos passam a frequentar mais a escola. E frequentando mais, têm a oportunidade de interagir mais com pessoas, com textos, com outros recursos de comunicação. E por meio dessas interações vai ampliando seus conhecimentos linguísticos, culturais, sociais etc., o que lhe proporcionará maior acessibilidade a outros espaços, grupos e oportunidades.

O uso de recursos sinalizadores nos espaços escolares preconiza mudanças relacionadas ao acolhimento do sujeito surdo, especialmente os alfabetizados. No momento em que esses sujeitos chegam à escola e se deparam com placas sinalizadoras em libras e no português-por-escrito, se sentem aceitos e valorizados, o que, com certeza, eleva sua autoestima e o leva a encontrar o seu lugar na escola.

De um modo geral, o uso desses recursos sinalizadores, em Libras e português-por-escrito nas escolas garante acessibilidade comunicativa ao surdo, porque aquele que é alfabetizado em sua língua materna e em língua portuguesa vai ter uma certa facilidade para se locomover pelo espaço escolar sem ajuda de outras pessoas, e aquele que for alfabetizado apenas em sua língua materna, o fará pela leitura dos sinais e ainda poderá associar o sinal em Libras à palavra escrita na língua portuguesa, ampliando seu léxico mental nesta língua.

Um espaço escolar que é sinalizado com as duas línguas é um espaço que visa não só integrar, mas incluir a comunidade surda, e está de olho na autoestima dessa comunidade. Está possibilitando meios para que essa comunidade possa sentir-se parte da comunidade escolar

como um todo, estimulando a interação entre surdo e ouvinte e possibilitando o acesso e ampliação do conhecimento para ambos.

Acessibilidade promoção de autonomia

Como podemos inferir, a partir do exposto até aqui, seria de extrema importância que os surdos pudessem estudar em escolas bilíngues, porém temos que galgar muito para que nossa sociedade busque equiparar a prática da acessibilidade comunicativa tornando-a de fato inclusiva. Assim, uma outra alternativa que pode contribuir com esse tipo de acessibilidade para os surdos é a implantação de sinalizadores com indicação de espaços físicos, em libras e em português-por-escrito, facilitando a locomoção desses sujeitos de forma autônoma.

Figura 2: Sinalizador de sala



Fonte: Facebook de professora da escola

Figura 3: Sinalizador de sala



Fonte: Facebook de professora da escola

Figura 4: sinalizador de sala de aula



Fonte: Facebook da professora da escola

Figura 5: sinalizador do refeitório



Fonte: Facebook da professora da escola

Figura 6: sinalizador dos banheiros adaptados



Fonte: Facebook de professora da escola

A presença das placas sinalizadoras na escola pesquisada permite o tráfego no espaço escolar, não necessitando perguntar para um ou outro, onde fica determinada sala, cantina, biblioteca, banheiros... Assim, o surdo tem autonomia para deslocar-se dentro do espaço escolar, orientando-se seja por meio do português-por-escrito ou da libras nas placas sinalizadoras.

Esse estímulo à autonomia acaba se estendendo para a autonomia em outras situações intra e extraescolares, induzindo ao desprendimento dos surdos em relação aos seus pais, professores e até intérpretes, recorrendo a ajuda destes somente quando realmente for necessário.

Figura 7: Relógio comum e relógio em Libras



Fonte: Facebook de professora da escola

É o caso também de um relógio adaptado para o surdo que existe na escola. Este possibilita autonomia ao surdo para saber horários de entrada, intervalo, saída, troca de aulas. Conheça ele os numerais indo-arábicos, ou em libras, não vai precisar pedir a outra pessoa para orientá-lo.

Ao possibilitar ao aluno surdo livre acesso aos espaços da escola por meio de sinalizadores em libras e português-por-escrito, evidencia-se uma iniciativa para o favorecimento de um ambiente escolar com práticas transformadoras, inclusivas e que garantam acessibilidade comunicativa e autonomia ao surdo.

Ler os sinalizadores em libras e no português-por-escrito prepara os surdos para atuarem na escola, podendo ampliar seu léxico mental tanto em libras quanto na língua portuguesa, melhorar as situações de interação e o aprendizado tanto de surdos quanto de ouvintes. Isso porque coloca em evidência o papel protagonista desses alunos, envolvendo-os de modo direto, participativo e reflexivo ao longo de todo processo, garantindo acessibilidade comunicativa, interação, desenvolvimento da autonomia e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com alguns estudos sobre essa temática, a acessibilidade comunicativa nos espaços escolares para os surdos deve ser uma ação de mudanças e inquietações, que vem assinalar a necessidade de transformações no sistema educacional, no sentido de considerar as diversidades existentes na escola.

Neste sentido, a estruturação do espaço escolar com sinalizadores em libras e no português-por-escrito, identificando cada departamento do ambiente escolar, é um dos meios de o surdo se sentir acolhido, frequentar mais a escola, ampliar seu léxico mental e predispor-se para perceber-se como igual em direitos e como peça importante no desenvolvimento e construção do seu aprendizado.

Conclui-se que a escola com acessibilidade comunicativa exige novos posicionamentos e aperfeiçoamentos de todos os profissionais envolvidos nesse processo. A escola é primordial na vida dos indivíduos, toda a comunidade escolar tem o dever de não apenas acolher, mas de aprender com seus sujeitos, e a dialogia é primordial no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº1098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm . Acesso 17 de julho de 2023.

BRASIL, **Lei nº1048, 08 de novembro de 2000**, Decreto Número 5296/2002.02 dezembro de 2004. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm. Acesso 17 de julho de 2023.

BRASIL, **Lei de Língua Brasileira de Sinais. LIBRAS**. Lei 10.436. 24 de abril de 2002, Decreto Número 5.626/2005. 22 dezembro de 2005. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso 05 de setembro de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001a. Disponível em: <https://ww.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica> . Acesso 20 de julho de 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2020**. Disponível:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso 25 julho de 2023.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. Tese (Doutorado de Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum** – questões polêmicas e avanços contemporâneos. In: BRASIL. Ensaio Pedagógico – construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005, p. 108-121.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 108 – 121.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de. **Situando as diferenças na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Florianópolis: Ed. Ponto de Vista, 2003. p. 23 a 88.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.